

STJ00097236

## **ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA**

Doutora em Direito das Relações Sociais pela  
Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal do Pará (UFPA).  
Especialista em Direito Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA).

Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela  
Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.

Professora de Graduação e Pós-Graduação da  
Universidade Federal do Pará (UFPA).

# **O DIREITO FUNDAMENTAL À REFORMA AGRÁRIA E SEUS INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO**



Porto Alegre / 2014

© Rosalina Moitta Pinto da Costa

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

C837d

Costa, Rosalina Moitta Pinto da

O direito fundamental à reforma agrária e seus instrumentos de concretização / Rosalina Moitta Pinto da Costa. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2014.

343 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-040-8

1. Reforma Agrária : Brasil. 2. Função Social da Propriedade. 3. Desapropriação : Brasil. I. Título.

CDU – 347.243(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

**NÚRIA FABRIS EDITORA**

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3231-9321

Fax: (51) 3013-3339

E-mail: [nuriafabris@terra.com.br](mailto:nuriafabris@terra.com.br)

Site: [www.livrariafabris.com.br](http://www.livrariafabris.com.br)

## Sumário

1	Introdução .....	9
<b>Parte I – A reforma agrária como um direito fundamental .....</b>		<b>13</b>
1	A propriedade agrária e a sua função social.....	14
1.1	A evolução da propriedade da terra e o surgimento da teoria da função social da propriedade .....	14
1.1.1	A origem da propriedade e as sociedades primitivas ..	14
1.1.2	Da propriedade familiar à propriedade individual .....	16
1.1.3	Tomás de Aquino e o surgimento da teoria da função social da propriedade .....	19
1.1.4	A revolução liberal e a concepção da propriedade como um direito absoluto.....	20
1.1.5	O pensador e jurista Leon Duguit e a teoria da função social.....	21
1.1.6	A doutrina da Igreja na elaboração da função social da propriedade.....	23
1.1.7	O Estado social e a função social da propriedade no mundo contemporâneo .....	25
1.2	A teoria da função social e a nova concepção de propriedade no direito brasileiro .....	28
2	A formação da estrutura fundiária e o processo histórico-legal da reforma agrária no Brasil.....	37
2.1	Sesmarias em Portugal.....	37
2.2	Sesmarias no Brasil .....	40

2.3	Regime das posses .....	44
2.4	Lei de terras .....	45
2.5	República .....	46
2.6	O governo João Goulart e a reforma agrária .....	49
2.7	A ditadura militar e o retrocesso na reforma agrária .....	51
2.8	A Nova República e a Constituição de 1988 .....	56
2.9	A concentração fundiária e a relevância do estudo sobre reforma agrária .....	62
3	Acepções de reforma agrária.....	74
3.1	A concepção de reforma agrária conforme a experiência de cada país .....	74
3.2	O conceito de reforma agrária no Brasil é assente à doutrina da função social da propriedade .....	84
3.2.1	A teoria da função social da propriedade no Brasil.....	84
3.2.2	O conceito de reforma agrária no Brasil .....	89
4	Características da reforma agrária.....	97
5	Direito fundamental à reforma agrária .....	100
5.1	Os direitos fundamentais – fundamentalidade formal e material.....	100
5.2	A qualificação da reforma agrária como um direito fundamental.....	103

<b>Parte II – Pressupostos e instrumentos para a realização da reforma agrária no Brasil.....</b>		<b>111</b>
6	Âmbito de incidência da reforma agrária.....	112
6.1	Imóvel objeto da reforma agrária .....	112
6.1.1	Conceituação de imóvel rural.....	112
6.1.2	A confusão conceitual quanto aos tipos de imóvel rural .....	120
6.1.3	Conceitos de módulo rural, módulo fiscal, zonas típicas de módulo, fração mínima de parcelamento e módulo de exploração indefinida.....	121
6.1.4	O latifúndio e o minifúndio como alvo central da reforma agrária e a involução dessa política .....	132
6.1.5	Imóveis insuscetíveis de desapropriação.....	140
6.2	Beneficiários da reforma agrária.....	159
6.3	Regime jurídico dos assentados pela reforma agrária.....	161

7 Instrumentos da reforma agrária no Direito brasileiro .....	179
7.1 “Desapropriação agrária” – desapropriação para fins de reforma agrária .....	179
7.1.1 Aspectos gerais do instituto da desapropriação no Direito brasileiro .....	180
7.1.2 Generalidades da desapropriação agrária .....	185
7.1.3 O processo judicial de desapropriação agrária .....	187
7.1.4 Justa indenização .....	211
7.1.5 Indenização pela cobertura vegetal.....	222
7.1.6 Efeitos da desapropriação – Imissão definitiva no imóvel e transferência do domínio .....	226
7.1.7 Pagamento .....	229
7.2 Tributação da terra.....	232
7.2.1 Competência da União.....	232
7.2.2 Natureza extrafiscal – instrumento de desestímulo às propriedades improdutivas.....	234
7.2.3 Fato gerador: a propriedade, a posse ou o domínio útil do imóvel destinado à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial .....	236
7.2.4 Base de cálculo – um sistema complexo de cálculos ..	239
7.2.5 Imunidade do ITR para as pequenas glebas rurais .....	242
7.2.6 Isenções do ITR.....	242
7.2.7 Fiscalização e cobrança do ITR pelos municípios.....	243
7.3 Aspectos positivos e negativos dos instrumentos da reforma agrária .....	244
8 Institutos afins à reforma agrária.....	291
8.1 Terras públicas e devolutas .....	291
8.2 Legitimação de posse .....	299
8.3 Colonização.....	305
8.4 Usucapião agrária.....	309
9 Conclusão.....	321
Referências .....	333